

US\$ 800 milhões em troca de menor déficit público

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — A principal preocupação do FMI, ao negociar um acordo com o Brasil será cortar o déficit público. Se conseguir, poderá emprestar ao País, no mínimo, US\$ 800 milhões (CZ\$ 45,6 bilhões) como parte do programa de recuperação de economias vítimas da queda em suas relações de troca com o exterior.

Funcionários do Governo anterior que participaram das negociações com o Fundo prevêem não apenas a repetição de dificuldades do passado. Seu principal temor é que desta vez o Fundo Monetário Internacional já encontrará o País às vésperas de uma recessão.

Um dos principais negociadores do Governo anterior acrescenta que, diante do quadro de instabilidade política do momento e da deterioração das contas internas, será muito difícil montar um programa de ajusta-

mento. A inflação anual 300% e o déficit público, de acordo com as projeções mais recentes, ultrapassará os 6% do Produto Interno Bruto (PIB), igual ao déficit das vésperas do Plano Bresser.

Diante de economias com problemas de liquidez, como a brasileira, o FMI tenderá a aplicar o diagnóstico clássico: para obter os saldos comerciais necessários ao pagamento da dívida externa, o setor privado tem que investir, porque é dele a principal responsabilidade de exportar. Para isso, tem que estancar suas transferências ao Estado, obrigado, por isso, a cortar suas despesas.

A missão técnica se preocupará principalmente com o Orçamento de todas as unidades do setor público, cuja projeção de déficit deverá sempre alcançar um período de três anos. Espera-se a repetição das tensas reuniões de 1983 a 1985, quando nenhum dos lados se convencia de que a metodologia de cálculo do outro era capaz de assegurar um hori-

zonte factível. No depoimento de outro negociador dos setores acordos anteriores com o Fundo, o complicador adicional de agora é que a sociedade passou 20 anos ouvindo o discurso da oposição dizendo que o Estado não resolvia os problemas econômicos porque não queria. Mas quando chegou ao poder, defrontou-se também com uma demanda tão grande de gastos que não conseguiu sustentar um programa de estabilização.

Hoje, as pressões políticas das quais se queixa o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, são idênticas às de ontem. O PMDB e os Governadores, envolvidos em projetos políticos que se conciliam com os propósitos do Palácio do Planalto, pedem favores e subsídios incompatíveis com os objetivos de política econômica do Fundo Monetário Internacional. Mesmo assim os políticos são atendidos, porque a negativa desequilibraria a atual correlação de forças.